



Conselho Geral

Ata número quarenta e oito

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência da professora Rosária Arroja, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, com a presença dos membros que constam na folha de registo de presenças. Faltaram a esta reunião, o representante da ATEC, o representante do Centro de Saúde e o representante dos alunos-----

A ordem de trabalhos da reunião teve os seguintes pontos, tal como indicado na convocatória do dia 20 de setembro de dois mil e dezassete:-----

Ponto 1- Leitura, discussão e votação da ata número 47 do Conselho Geral.-----

Ponto 2- Substituição de conselheiros:-----

2.1 - representante do primeiro Ciclo;-----

2.2- pedido de esclarecimento à DEGEST sobre a substituição de conselheiros neste órgão (ponto 4, do Artigo 12º, do Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho).-----

Ponto 3- Definir as linhas orientadoras do planeamento e execução no domínio da Ação Social Escolar, de acordo com a alínea i), do Artigo 13º, do Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho.-----

Ponto 4- Análise, discussão e aprovação do Regulamento da Bolsa de Manuais Escolares.-----

Ponto 5- Apreciação, discussão e aprovação do relatório final de execução do Plano Anual de Atividades, relativo ao ano letivo de 2016/2017, de acordo com a alínea f), do Artigo 13º, do Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho.-----

Ponto 6- Preparação das Eleições para o Conselho Geral:-----

6.1- Apresentação, análise, discussão e aprovação do Regulamento.-----

6.2- Definição dos procedimentos.-----

Dando início à Ordem de Trabalhos, e no seu primeiro ponto, foi lida e aprovada a ata número quarenta e sete do Conselho Geral, com quinze votos a favor, uma abstenção e zero votos contra -----

No seguimento da Ordem de Trabalhos, passou-se ao ponto dois - Substituição de conselheiros (ponto 4, do Artigo 12º, do Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho). Neste ponto a presidente do Conselho Geral, professora Rosária Arroja, apresentou a professora Fátima Varela em substituição da professora Rosália Crispim por esta, no presente ano letivo, ter sido nomeada Coordenadora de estabelecimento, cargo incompatível com o de conselheira deste órgão. A Professora Rosária Arroja informou que pediu esclarecimento à DEGEST, acerca da substituição de conselheiros que possam eventualmente faltar e quais os cargos que impedem assento no Conselho Geral, uma vez que se esgotaram todos os suplentes que constituíam as listas.-----

Até à data, a Presidente do Conselho Geral não obteve qualquer resposta, da parte da DEGEST. -----

No ponto três - linhas orientadoras do planeamento e execução no domínio da Ação Social Escolar, de acordo com a alínea i), do Artigo 13º, do Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho, tomou a palavra o Diretor do Agrupamento, Professor Carlos Vilas, o qual fez uma apresentação detalhada do documento que define as linhas orientadoras da Ação Social Escolar, tendo referido que o documento espelha como e onde se aplicam as verbas provenientes da DGESTE, da Autarquia e dos lucros provenientes de serviços prestados no Agrupamento, nomeadamente do Bufete. A aplicação destes lucros destinam-se a apoios alimentares; transportes escolares; auxílios económicos; prevenção de acidentes e seguro escolar. O Diretor salientou que a Educação Pré-escolar (EPE) e o Primeiro Ciclo estão sob a responsabilidade direta da Autarquia. Ainda neste ponto, foi referido que o Município atribui transporte gratuito a alunos que vivem a mais de 2Km das escolas, sendo este um trabalho de articulação com a autarquia e de acordo com a legislação. A representante da autarquia, Drª Fernanda Rôlo, reforçou a intervenção do Diretor do Agrupamento referindo que não só o segundo ciclo, mas também a Educação Pré-Escolar (EPE), e o primeiro ciclo se regem por esta legislação, embora o terceiro escalão, introduzido este ano, não abranja a EPE e o primeiro Ciclo. A Drª Fernanda Rolo realçou ainda a partilha de responsabilidades autarquia/escolas no que diz respeito aos transportes escolares com abrangência ao segundo e terceiro ciclos e secundário. O Professor Carlos Vilas fez alusão à criação de uma bolsa de manuais escolares no segundo e terceiro ciclos comparticipada pelo Agrupamento, sendo fomentada a reutilização dos mesmos. À medida que a bolsa se vai esgotando, a comparticipação para aquisição de novos livros é maior. -----

No ponto quatro, - Análise, discussão e aprovação do Regulamento da Bolsa de Manuais Escolares- O Professor Carlos Vilas, no uso da palavra, referiu que a grande novidade neste aspeto é a abrangência da gratuitidade dos livros escolares a todo o primeiro ciclo. Salientou que o que se pretende com este regulamento é responsabilizar e incentivar o cuidado com os manuais escolares, pois os mesmos são considerados um empréstimo. O diretor esclareceu que o normal é uma desvalorização do livro em 30% por ano e que ainda não está definida a penalização para os livros devolvidos em mau estado referindo que a legislação não é clara neste aspeto. A Professora Vitalina interveio esclarecendo que os manuais escolares do primeiro ano, do ano letivo transato não puderam ser reutilizados pois os mesmos continham exercícios que tiveram que ser realizados nos respetivos livros, não permitindo uma segunda utilização. A Professora Marta Lagartixa corroborou a mesma opinião, sugerindo que as editoras repensem a elaboração dos livros de forma a que os mesmos possam ser novamente usados, no ano seguinte. Foi atribuída uma verba ao Agrupamento para aquisição dos manuais escolares e este depara-se agora com a dificuldade em guardar os livros que são devolvidos e não podem ser reutilizados. Passou-se à votação do Regulamento da Bolsa de Manuais Escolares o qual foi aprovado por unanimidade.-----

No ponto cinco da ordem de trabalhos - Apreciação, discussão e aprovação do relatório final de execução do Plano Anual de Atividades, relativo ao ano letivo de 2016/2017, de acordo com a alínea f), do Artigo 13º, do Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho - A presidente do Conselho Geral, professora Rosária Arroja, informou que foram feitas as respetivas avaliações ao Plano Anual de Atividades (PAA) no final de cada um dos três períodos letivos. Mencionou que foram feitas sugestões e recomendações ao grupo de trabalho para a avaliação do PAA, de acordo com o que foi debatido em reuniões do Conselho Geral. A professora Rosária Arroja salientou novamente, o grande número de atividades contempladas no PAA e que, na sua perspetiva, nem todas deveriam constar no referido documento, uma vez que são atividades de grupo/turma, estando

por isso contempladas no PCG/PT. Referiu também que deveria haver uma maior articulação entre escolas de forma a que a mesma atividade tenha o mesmo nome, evitando-se assim que seja nomeada várias vezes no PAA por ter diferentes designações. O professor Carlos Vilas interveio referindo que a organização do documento por temas dificultava a sua avaliação trimestral estando por isso a ser alvo de alterações no sentido de ficar um documento mais claro e objetivo ao nível do manuseamento e avaliação. O professor Carlos Vilas reforçou a ideia, no sentido de não se massificar o PAA com atividades que são de grupo/turma. Sobre este tema, a professora Fátima Varela alertou para o facto de se avaliarem atividades realizadas e não previstas no PAA, e serem, eventualmente, de grupo/turma, os quais não deveriam ser avaliadas no âmbito do PAA. Tomou a palavra a representante da Associação de Pais, Carla Rosa considerando que houve uma grande melhoria no PAA, quer ao nível do conteúdo, quer da sua organização. No entanto, na sua opinião são poucas as atividades programadas com as famílias e que é importante incentivar a participação dos pais. Referiu ainda que em relação à Atividade/Projeto “Formação Não É Só o Saber”, na coluna - Intervenientes - não foram mencionadas as Associações de Pais. -----

Interveio também a representante da Associação de Pais, Maura Ribeiro, manifestando o seu apreço por ter sido contemplado/corrigido no PAA a receção aos alunos do quarto ano, para alunos do quinto ano. A professora Marta Lagartixa realçou o facto das exposições de trabalhos dos alunos se manterem durante mais tempo de forma a cativar os pais a virem à escola. Referiu também que os pais podem colaborar com a página Web da escola. Ainda neste ponto, a Dr^a Fernanda Rolo salientou a evolução positiva que se verificou no PAA, considerando no entanto a avaliação pouco clara de algumas atividades, limitando-se a mencionar se as atividades se realizaram ou não. Na sua opinião a avaliação deveria ser qualitativa de forma a que seja perceptível o impacto das atividades na avaliação dos alunos. A Dr^a Fernanda Rolo sugeriu também que na coluna “intervenientes” devam constar as instituições que participam e não pessoas ou cargos que desempenham. Referindo-se à avaliação do PAA, a Professora Fátima Varela esclareceu que existe um documento próprio nas escolas para o efeito, sendo realizada uma avaliação qualitativa das atividades no final de cada período e enviada para o Grupo de Trabalho, mas que devido à extensão do documento PAA e ao número de atividades que constam no mesmo é inviável transcrever a avaliação realizada. A representante da Autarquia referiu que era importante o Conselho Geral ter acesso a esse documento, tendo o professor Carlos Vilas esclarecido que o único relatório de avaliação apresentado no Conselho Pedagógico é o do Desporto Escolar e que este facto tem tido efeito muito positivo, dando a perspetiva das atividades que têm mais impacto junto dos alunos, destacando como exemplo a atividade de Corta Mato, a qual já abrange os alunos do primeiro ciclo. Terminadas as intervenções neste ponto, o Relatório Final de execução do Plano Anual de Atividades, relativo ao ano letivo de 2016/2017 foi aprovado por unanimidade.-

No Ponto Seis - Preparação das Eleições para o Conselho Geral, procedeu-se à apresentação, análise, discussão e aprovação do Regulamento do Processo Eleitoral e definição dos procedimentos. Tomou a palavra a presidente do Conselho Geral, informando que o Regulamento foi elaborado por si e pelo Diretor do Agrupamento, professor Carlos Vilas, obedecendo aos trâmites legais: Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário (dec-lei 75/2008 de 22 de abril, com a nova redação dada pelo Decreto-lei nº 137/2012 de 2 de julho, artigos 14º, 15º, 16º, 49º e 50º); Código de Procedimentos Administrativo; Regulamento Interno do Agrupamento; Regulamento do Conselho Geral. A professora Rosária Arroja informou que se deve proceder à

seguinte alteração: onde se lê trinta e um de agosto, deverá passar a ler-se treze de setembro. As Eleições realizar-se-ão no dia vinte e nove de novembro, conforme decidido em reunião do Conselho Geral, de sete de julho, de dois mil e dezassete. O Documento foi aprovado por unanimidade. Seguidamente a professora Rosária Arroja sugeriu que as eleições se realizem na sede do Agrupamento - Escola Básica 2,3 José Maria dos Santos - sendo que o pessoal docente votará na Sala de Professores e o pessoal não docente, na Sala do Pessoal. A sugestão foi aceite por todos os membros presentes.-----

Informou que as mesas de voto funcionarão durante oito horas ininterruptas mas que podem encerrar quando todas as pessoas tiverem votado. -----

No âmbito do processo eleitoral, a professora Rosária Arroja nomeou a professora Marta Lagartixa como membro suplente, substituta da Presidente do Conselho Geral prevenindo qualquer eventualidade. -----

Para a mesa de voto do pessoal docente foram nomeados a educadora Graça Passos, a professora Vitalina Carvalho e a professora Vicência Rita Moreira, como membro suplente, a professora Fátima Varela.-----

Para a mesa de voto do pessoal não docente foram nomeados, a D. Edite Branco, a D. Clara Serafim e a D. Maria dos Anjos Ferreira. -----

Os diferentes aspetos e datas relacionadas com o ato eleitoral encontram-se no Regulamento e serão afixados em todos os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos - Pinhal Novo. -----

Neste dia, a ausência no local de trabalho será justificada como "Serviço Oficial". -----

Ainda neste ponto, a professora Rosária Arroja esclareceu que, no que diz respeito ao representante dos alunos, não se justifica desencadear um processo eleitoral, uma vez que têm mais um ano de mandato. Em relação aos representantes das Associações de Pais/ Encarregados de Educação, a situação é idêntica, têm mais um ano de mandato válido, no entanto terão que ser designados novos elementos pelo facto de os filhos terem transitado para a Escola Secundária, não fazendo já parte deste Agrupamento. No que diz respeito aos parceiros/instituições, a professora Rosária Arroja informou que os irá contactar no sentido de continuarem a participar no novo Conselho Geral. Tomou a palavra a Dr^a Fernanda Rolo informando que a sua designação para o Conselho Geral termina no dia um de outubro e que compete ao novo executivo resultante das eleições autárquicas, a designação dos membros participantes no futuro Conselho Geral.-----

Por fim a professora Rosária Arroja disponibilizou-se para passar um documento comprovativo das funções desempenhadas ao longo dos quatro anos de mandato no Conselho Geral.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim que a secretariei e pela Presidente do Conselho Geral. -----

A Secretária

Maria da Graça Passos

A Presidente do Conselho Geral

Rosária Arroja